



CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

8 DE
JUNHO DE
2020



REPÓRTER

70

> JUDICIÁRIO MUDANÇAS

Quando o Tribunal de Justiça do Pará retornar ao trabalho presencial, no dia 1º de julho, depois de mais de três meses de trabalho remoto, as rotinas não serão mais as mesmas. As videoconferências que o presidente da Corte, desembargador Leonardo Tavares, conduz com sua equipe para planejar o retorno seguro às instalações físicas do TJPA, por exemplo, serão adotadas em quase todas as áreas do Judiciário, especialmente nas audiências de processos criminais, o que já ocorre.

> TELETRABALHO

O teletrabalho, que era uma experiência piloto, no Judiciário paraense também será ampliado, assim como os processos eletrônicos, que já são uma realidade sem volta. A burocracia e o formalismo, aos poucos, dizem os especialistas, abrirão espaço à instrumentalidade e maior eficiência. O mesmo deve ocorrer em outros setores do poder público paraense. A pandemia mostrou que muitas viagens podem ser evitadas sem prejuízo da produtividade.

POLÍCIA MILITAR PRENDE FORAGIDOS DA JUSTIÇA SEIS ATRÁS DAS GRADES

Após uma série de denúncias anônimas da população da Região Metropolitana de Belém, as guarnições da PM localizaram três pessoas que estavam com mandado de prisão em aberto e outras três procuradas



A Operação Impacto percorreu bairros como Cidade Nova, Curuçambá e 40 Horas, em Ananindeua. O Comando de Policiamento da Região Metropolitana foi às ruas após apoio das comunidades
FOTO: CELSO RODRIGUES

RECAPTURADOS

Três foragidos da Justiça e três pessoas que estavam com mandado de prisão em aberto foram presos por equipes do 6º e 29º batalhões da Polícia Militar, entre a última quinta-feira (4) e sábado (6). As prisões são resultado do reforço imple-

mentado pelo Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM), com foco na recaptura de foragidos.

Nos bairros Icuí-Guajará, 40 Horas, Cidade Nova e Atalaia, todos em Ananindeua, policiais militares do 6º Batalhão recapturaram três foragidos da Justiça e cumpriram dois mandados de prisão. As ações foram realizadas na última quinta-fei-

ra (4) e no sábado (6), durante a Operação Impacto, cujo foco é verificar denúncias repassadas anonimamente pela sociedade.

Na sexta-feira (5), uma equipe do 29º Batalhão cumpriu um mandado de prisão no bairro Curuçambá, durante policiamento preventivo. Ao abordar um homem em atitude suspeita e realizar buscas no banco de dados do Sistema Nacional

de Informações Penitenciárias do Pará (Infopen-PA), a equipe constatou que ele tinha um mandado de prisão em aberto. O homem foi conduzido para a Seccional de Polícia Civil do bairro Curuçambá.

As ações do CPRM são realizadas, principalmente, em resposta ao grande número de denúncias feitas pela comunidade. Com isso, as unidades po-

liciais intensificam as abordagens no intuito de diminuir os índices de criminalidade referentes a roubos, homicídios, tráfico de drogas e porte de armas de fogo.

O CPRM reforça a importância do apoio da sociedade, solicita que continue fazendo denúncias e garante que todas as informações repassadas serão verificadas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

POLICIAIS MILITARES RECUPERAM CELULARES PRESOS POR ASSALTO

Os aparelhos foram roubados de funcionários de uma empresa de biodiesel, no município do Moju, região nordeste paraense. Abordados por uma guarnição da PM, os dois homens acabaram detidos em flagrante



Erisnaldo de Souza Sampaio e Mauro de Souza Costa foram presos na rodovia PA-150. Já Joel Silva e Silva, que estava foragido da Justiça, acabou recapturado
FOTOS: DIVULGAÇÃO

ATRÁS DAS GRADES

JR Avelar

Estão presos por assalto no Moju, nordeste paraense, Erisnaldo de Souza Sampaio, morador da localidade Vila Nova, e Mauro de Souza Costa, morador da Vila do Luzio, pelo crime de roubo contra trabalhadores de uma empresa de biodiesel no município.

As informações constam no Boletim de Ocorrência registrado na delegacia do Moju por policiais militares do PPD de Bacuriteua, que durante ronda ostensiva e preventiva na rodovia PA-150, recebeu uma informação de um assalto onde foram subtraídos dois aparelhos celulares.

A informação era de que os suspeitos do assalto estavam em uma motocicleta. De posse das características deles, a guarnição conseguiu identificá-los às margens

da PA-150, onde foram abordados. Ao verificar a situação do veículo foi constatado que apresentava adulteração no chassi e os dois receberam voz de prisão.

Interrogados quanto ao destino dos aparelhos, eles negaram, no entanto, durante uma varredura no local, foram encontrados com os celulares do referido assalto.

Os donos dos aparelhos estiveram na delegacia para fazer o reconhecimento da dupla que acabou presa autuada em fla-

grante. Os acusados já encontram-se à disposição da Justiça na delegacia de Polícia Civil do município do Moju.

FORAGIDO

Uma guarnição do serviço de motopatrulhamento da 8ª Companhia Independente da Polícia Militar do Moju, durante rondas próximas da escola municipal Jandira Endereson, no bairro Novo Horizonte, avistou, abordou e deteve

Joel Silva e Silva, 20, que estava em uma motocicleta na companhia de dois parceiros em atitude considerada suspeita.

O homem foi levado para a delegacia da cidade do Moju. Ao verificar os antecedentes do detido, a Polícia Civil informou que ele possuía mandado de prisão preventiva expedido pela Justiça e por esta razão permaneceu preso, enquanto os parceiros foram liberados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



RECAPTURADOS

Seis pessoas são presas em operação no final de semana

segunda-feira, 08/06/2020, 09:26 - Atualizado em 08/06/2020, 09:26 - Autor: Redação



A Operação Impacto percorreu bairros como Cidade Nova, Curuçambá e 40 Horas, em Ananindeua. O Comando de Policiamento da Região Metropolitana foi às ruas após apoio das comunidades | Celso Rodrigues

Três foragidos da Justiça e três pessoas que estavam com mandado de prisão em aberto foram presos por equipes do 6° e 29° batalhões da Polícia Militar. As prisões são resultado do reforço implementado pelo Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM), com foco na recaptura de foragidos.

Nos bairros Icuí-Guajará, 40 Horas, Cidade Nova e Atalaia, todos em Ananindeua, policiais militares do 6° Batalhão recapturaram três foragidos da

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça e cumpriram dois mandados de prisão. As ações foram iniciadas na última quinta-feira (4) e finalizadas no final de semana, durante a Operação Impacto, cujo foco é verificar denúncias repassadas anonimamente pela sociedade.

Na sexta-feira (5), uma equipe do 29º Batalhão cumpriu um mandado de prisão no bairro Curuçambá, durante policiamento preventivo. Ao abordar um homem em atitude suspeita e realizar buscas no banco de dados do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias do Pará (Infopen-PA), a equipe constatou que ele tinha um mandado de prisão em aberto. O homem foi conduzido para a Seccional de Polícia Civil do bairro Curuçambá.

As ações do CPRM são realizadas, principalmente, em resposta ao grande número de denúncias feitas pela comunidade. Com isso, as unidades policiais intensificam as abordagens no intuito de diminuir os índices de criminalidade referentes a roubos, homicídios, tráfico de drogas e porte de armas de fogo.

O CPRM reforça a importância do apoio da sociedade, solicita que continuem fazendo denúncias e garante que todas as informações repassadas serão verificadas.

Magistrados participam do I Webinário Internacional de Justiça Restaurativa

🕒 7 de junho de 2020 - 📄 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



A desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, diretora do Sistema de Conciliação da 1ª Região (SistCon), e o juiz federal Osmane Antônio dos Santos, coordenador do Núcleo de Práticas Restaurativas da Justiça Federal em Uberaba (MG), participaram, nessa quinta-feira (4/6), do I Webinário Internacional de Justiça Restaurativa.

O evento, organizado pelo Núcleo de Práticas Restaurativas da Justiça Federal em Uberaba (MG), foi realizado com o objetivo de promover e disseminar a

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

prática da Justiça Restaurativa, facilitando reflexões, trocas de experiências e difusão de procedimentos restaurativos.

Transmitido em tempo real pela plataforma *Zoom*, o Webinário foi aberto pelo coordenador do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, que falou sobre o papel da Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário.

Em seguida, o coordenador da linha de pesquisa em Justiça Restaurativa e Vitimologia do Instituto de Criminologia da Universidade de Leven, na Bélgica, professor Ivo Aertsen, proferiu a palestra “O papel da vítima sub-rogada na Justiça Restaurativa”, com tradução ao vivo.

O painel “Justiça Restaurativa: reflexões e experiências” foi composto pelo juiz federal Osmane Antônio; pela desembargadora federal Gilda Sigmaringa; pela juíza Josineide Gadelha Pamplona Medeiros, coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), e pelo juiz Rodrigo Rodrigues Dias, coordenador do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), que trocaram práticas adotadas e experiências sobre o tema do Webinário.

Durante a tarde, no painel “Atores do processo restaurativo no âmbito do Núcleo de Práticas Restaurativas da Justiça Federal de Uberaba: Relator vivenciais” foram apresentadas experiências de parte, advogado e vítima sub-rogada em processos que envolveram a Justiça Restaurativa, além das visões de procuradores e facilitadores que atuam no Programa de Justiça Restaurativa do Núcleo de Práticas Restaurativas de Uberaba, bem como do coordenador e da diretora do Núcleo, Ana Carla de Albuquerque Pacheco.

Logo após, o fundador do Instituto Internacional de Práticas Restaurativas (IIRP), na Pensilvânia (EUA), Ted Watchel, proferiu a palestra “Construindo uma nova realidade através das práticas restaurativas”, com tradução simultânea.

Encerrando o evento, o painel “A importância da capacitação de novos facilitadores no âmbito da Justiça Federal” trouxe o psicólogo, delegado da *Sociedad Científica de Justicia Restaurativa* (Espanha) e membro do Conselho Consultivo *Global da Restorative Justice International* (EUA), Paulo Moratelli, e a doutora e mestre em Sociologia pela USP com tese em Justiça Restaurativa Petronella Boonen para discutirem o assunto.

O Webinário contou com o apoio da *Sociedad Científica de Justicia Restaurativa* (SCJR), da organização Coonozco e da *Restorative Justice International* (RJI). O valor arrecadado com as inscrições será integralmente destinado ao Fundo Municipal de Auxílio no Combate à Covid-19 de Minas Gerais.

Fonte: [TRF1](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Governo do Pará vai ampliar estudos e transparência sobre medidas de prevenção

7 de junho de 2020 - Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



Um acordo homologado judicialmente na sexta-feira (5/6), durante audiência de conciliação realizada por meio virtual na 5ª Vara Justiça Federal, prevê que o governo do Pará se comprometerá a divulgar estudos realizados por instituições de renome que possam auxiliar a tomadas de decisão quanto às medidas de distanciamento social decorrentes da pandemia do Covid-19, inclusive estudos solicitados pelo Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU) e Ministério Público do Pará, mesmo que tais estudos tragam argumentos contrários à tomada de decisão por parte do estado em relação ao enfrentamento da doença.

O acordo ([veja a íntegra da ata](#)) prevê ainda que o estado do Pará passará a registrar em ata e disponibilizará em sítio de internet as reuniões realizadas com o Comitê Técnico Assessor instituído pelo plano de contingência estadual e, inclusive, convidará instituições de ensino que tenham interesse em participar formalmente do referido comitê, tais como Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade do Estado do Pará (Uepa).

A audiência de conciliação durou cerca de quatro horas e meia e foi presidida pelo juiz federal Jorge Ferraz de Oliveira Junior, após manifestação do MPF e da DPU, que pediam a concessão de liminar determinando a suspensão do comércio e demais atividades e serviços não essenciais em todo o Pará. Sobre

esse pedido específico, por ora nada vai mudar, continuando em vigor todas as medidas decretadas pelo estado. No dia 29 de abril, a 5ª Vara, em decisão assinada pelo juiz federal Carlos Chada Chaves, já havia [indeferido o pedido liminar de ampliar as restrições feito pelo MPF](#). O Ministério Público Federal recorreu, mas o TRF da 1ª Região manteve a decisão de primeira instância.

Medidas

Representantes do MPF e da DPU reconheceram que o estado tem adotado, no âmbito de suas competências, várias medidas que julga adequadas para o combate à Covid-19. Ressaltaram, no entanto, que se ressentem de informações técnicas mais precisas para demonstrar que o estado já poderia dar início ao relaxamento das medidas de isolamento social. Citaram, apenas como exemplo, a falta de justificativas mais adequadas sobre se já seria adequado incluir igrejas, comércio de rua e shoppings entre os segmentos essenciais contemplados com a volta gradual às atividades.

Os representantes do estado destacaram que o [Decreto nº 800](#), em vigor desde 31 de maio, adotou o sistema de bandeiras para aplicação do controle da retomada das atividades, entre elas a bandeira preta, que indicaria a eventual necessidade de repor determinada área sob *lockdown*. O procurador-geral do estado, Ricardo Sefer, disse que, nos termos do Decreto 800, foram estabelecidos parâmetros objetivos para orientar o governo estadual a ampliar ou reduzir o relaxamento, conforme indicado por números e critérios que vão alimentando modelos matemáticos em que se baseou a edição do decreto. O secretário de Saúde, Alberto Beltrame, reforçou a convicção do governo do estado de que o número de casos de novos infectados e novas mortes vem caindo expressivamente nas últimas semanas. “Tenho convicção absoluta de que o número de óbitos caiu e o de novos casos também caiu brutalmente.”

Participaram da audiência o defensor público da União Wagner Wille Nascimento e quatro representantes do Ministério Público Federal – Ricardo Negrini, Nicole Campos Costa, Nayana Fadul da Silva e Felipe Moura Palha. Pelo estado, os procuradores Ricardo Sefer e Daniel Cordeiro Peracchi e o secretário de Saúde, Alberto Beltrame, além de outras autoridades. Também estiveram presentes pesquisadores e representantes da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce).